

“Não devemos temer grupos radicais mas o cidadão normal que fica sem casa”

O Instituto de Ciências Sociais assinalou os seus 50 anos com uma conferência. A crise económica esteve no centro das atenções. Estudo inédito mostra que 25% dos concelhos estão a reagir muito mal à situação

Crise
Andreia Sanches

“Barril de pólvora” – é a expressão usada pelo antropólogo Paulo Granjo para se referir à situação que se vive actualmente do ponto de vista social. Não quer dizer que motins e manifestações violentas “sejam uma inevitabilidade”. Mas num país onde, nas palavras do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, “temos dor e não temos esperança”, e onde 25% dos concelhos estão a reagir muito mal à crise, seguindo um estudo inédito do geógrafo João Ferrão, Granjo encontra muitos dos problemas que noutros pontos do globo têm dado origem, nos últimos anos, a protestos violentos.

O antropólogo do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa descreveu-os ontem, no auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa: “Desemprego galopante” e “precarização”; “salários que podem ser alterados unilateralmente”; “diminuição de apoios sociais”; agravamento das desigualdades; o facto de muitas pessoas sentirem que estão a pagar dívidas “que não consideram suas”.

Se a isto se somar a “desconfiança” em relação às instituições políticas, “o fraco poder negocial das instituições representativas” e uma certa descrença nas formas “tradicionais” de protesto, o potencial explosivo existe, defende. E lembra os motins violentos de Maputo, em 2008 e 2010, num contexto social em que muitas destas questões estavam também presentes. Nesse caso, a “repressão desproporcional dos protestos” foi um factor agravante na escalada de violência. E em Portugal?

Em Portugal, há “uma insatisfação generalizada”, nas palavras de Granjo. Uma espécie de “estado de choque”, segundo Boaventura de Sousa Santos, do Centro de Estudos Sociais de Coimbra, que ontem, no mesmo auditório, durante o debate de encerramento da conferência destinada a assinalar os 50 anos do ICS, apelava aos cientistas sociais para que “não se deixem iludir” com a ideia de que “os portugueses vivem acima das suas possibilidades”. E para que demonstrem, com os seus estudos, que tal não é verdade.

“O agravamento de qualquer um



MIGUEL MANSO

Antropólogo teme protestos mais violentos do que o de 14 de Novembro em frente ao Parlamento

Portugal em mudança

Investigadores apresentaram dados

Menos gastos com alimentação

A investigadora Monica Trüninger está a estudar os padrões de consumo no país nas últimas décadas. Alguns dados recolhidos nos inquéritos às despesas das famílias, do INE: na década de 60, praticamente metade do orçamento familiar era gasto com alimentação; nos anos 2000, o peso dessa despesa rondava os 15%. Os gastos com habitação seguiram caminho inverso: a casa passou a levar 27% do orçamento das famílias; nos anos 60, levava 14%.

Telemóvel em vez do carro

A mesma investigadora do Instituto de Ciências Sociais (ICS) regista o aumento (de 5% para 16%) das despesas com transportes e comunicações. Mas se na década de 90 o “carro se tornou numa extensão móvel do corpo dos portugueses, símbolo de distinção social”, hoje regista-se uma tendência para a diminuição dessa despesa e o aumento de gastos com comunicações. O telemóvel e a Internet são a nova “extensão do corpo dos portugueses”.

Menos abonos, mais creches

Karin Wall, investigadora principal do ICS, apresentou dados sobre políticas de família num país onde nascem cada vez menos bebés: se o número de beneficiários de abono de família baixou desde 2000, já a taxa de cobertura das creches tem aumentado (33% em 2011), continuando, no entanto, abaixo da que existe em países como a França (42%) ou a Suécia (47%). A taxa de cobertura dos lares de idosos sofreu pouca oscilação (3,4% em 2000 e 3,9% em 2011).

dos factores de que falei pode levar a protestos violentos”, continua Paulo Granjo. Que tem uma convicção: “Não devemos temer grupos radicais, mas o cidadão normal que fica sem casa, ou que não tem comida para dar à família.” Os grupos radicais em Portugal são pequenos, pouco activos, já “indivíduos desesperados” poderiam fazer mais mocha. “Se mandarem alguma coisa, poderão não ser pedras, mas outras coisas mais letais”.

Geografia da crise

Depois de Granjo, foi a vez de João Ferrão. Perante a inexistência de dados que mostrem como está a crise a afectar diferentes áreas do país, o ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território (2005-2009) analisou, especialmente para a conferência de ontem, um conjunto de 17 indicadores estatísticos e analisou a sua evolução entre a chamada “pré-crise” (2005-2007) e a “fase inicial da crise” (2009-2010).

Parte dos indicadores retratam a situação das famílias (taxas de desemprego, ganhos mensais, ou endividamento, por exemplo), o outro bloco ilustra a situação das empresas (natalidade e mortalidade de empresas e exportações, por exemplo). Primeira conclusão: se em 28% dos municípios a evolução foi especialmente negativa, “a regressão é muito mais generalizada” no que diz respeito ao estado de saúde das empresas. É que em 60% dos municípios os indicadores degradaram-se substancialmente, sem que se observe grande diferença entre interior/litoral, ou cidade/meio rural – “o que mostra que os efeitos económicos da crise precedem efeitos sociais”.

João Ferrão construiu, de seguida, um indicador de síntese, que junta dados das famílias e das empresas. E o mapa do país revelado mostra “quatro territórios com elevado grau de exposição à crise”: Península de Setúbal, Algarve, Baixo Alentejo e Lezíria. É sobretudo aqui que se encontram 70 municípios (25% do total) a que chamou “proto-recessivos” – aqueles que estão a reagir pior, com “mais dificuldade de adaptação estrutural”. O trabalho está ainda numa fase inicial. Mas o investigador não tem dúvidas de que é preciso conhecer melhor a “geografia da crise” para saber como actuar.



“Não devemos temer grupos radicais mas quem fica em casa”

ICS assinalou 50 anos com conferência. A crise esteve no centro das atenções **p12**